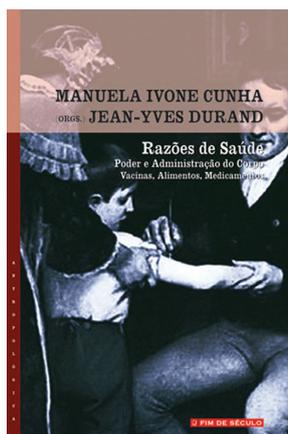


Gestão coletiva e individual dos corpos

Individual and collective management of bodies

Priscila da Silva Castro¹



Resenha do livro:
 CUNHA, Manuela Ivone e
 DURAND, Jean-yves (Orgs.).
 Razões de Saúde – Poder e
 Administração do corpo:
 Vacinas, Alimentos,
 Medicamentos.
 Lisboa: Fim de Século; 2011.

O livro “Razões de Saúde – Poder e Administração do corpo: Vacinas, Alimentos, Medicamentos” integra a Coleção Antropológica e teve como organizadores Manuela Ivone Cunha e Jean-Yves Durand, ambos doutores em antropologia e docentes da Universidade do Minho, Portugal. Segundo eles, o eixo principal do livro é construído pela tensão existente entre dois significados da palavra “razões”: um referente a causas, o outro a constrangimentos incontrolláveis que, por assim serem, provocam efeitos inevitáveis, apesar de racionais, ou no mínimo autônomos de um indivíduo, por iniciativa consciente das suas capacidades mentais.

A obra composta por relatos de pesquisas etnográficas, realizadas principalmente em Portugal, está dividida em duas partes. A primeira delas discute o entrecruzamento de conhecimento científico, relações políticas e da interação médico-paciente. Em “Automedicação: entre escolha terapêutica e conduta política”, Sylvie Fainzang (*Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale/ Centre de Recherche Médicale et Sanitaire*) aborda a automedicação em diferentes contextos sociais na França. O assunto envolve uma triangulação de relações entre corpo, medicamentos e a instituição médica e leva ao extremo a questão da autonomia do sujeito, integrando dois discursos opostos, o médico e o político. Segundo a autora, a automedicação presume o exercício de uma autonomia, não se trata apenas de uma ação terapêutica, mas também política, pois concorre com o rompimento da dependência em relação aos médicos.

Luís Fernandes (Universidade do Porto), em “Terapias punitivas e punições terapêuticas: o estranho caso do ‘toxicodependente’”, analisa a questão das drogas, um lugar de cruzamentos dos tipos mais diversos, embora no texto se atenha ao cruzamento dos sistemas de controle. Por ser alvo de uma diversidade de discursos, a droga configura-se como “dispositivo” e o autor opta por abordar seus eixos médico-psicológico e jurídico-moral, partindo de duas noções nucleares: doença e crise.

Ainda sobre o consumo de drogas, com foco na adolescência, no texto “Razões de saúde mental e social na administração do corpo adolescente: anorexia nervosa e uso de drogas”, Ana Cristine Martins (Instituto Superior de Psicologia Aplicada) afirma que tanto a anorexia nervosa, quanto o uso de drogas diferenciam-se das outras doenças mentais pelo papel central que a relação com o corpo ocupa na definição das patologias. Destaca-se a importância dos

¹Doutoranda do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IESC/UFRJ) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

Endereço para correspondência: Rua Barão de Mesquita, 850, bloco E/ 1406 – Grajaú – CEP: 20540-004 – Rio de Janeiro (RJ), Brasil – E-mail: pricastronut@gmail.com

Fonte de financiamento: nenhuma.

Conflito de interesse: nada a declarar.

conteúdos de mudança social, principalmente no desenvolvimento de relações entre homens e mulheres, na desordem entre excesso e contenção, nos valores de liberdade do indivíduo, autodeterminação e administração corporal.

Em “Em busca do humano adormecido”, Emily Martin (*New York University*) trata daquele que nos é tão importante e vital e, ao mesmo tempo, tão fora do nosso controle: o sono. Tal como outras doenças, como depressão e ansiedade, houve um longo percurso até o sono se tornar um problema médico. Mas, diferentemente dessas outras condições, ele é um objeto de desejo, algo que a lógica produtivista das sociedades contemporâneas exige e que as drogas procuram garantir. Outro paradoxo se instala: as pessoas buscam um “sono natural”, por meios “não naturais”.

“Fronteiras instáveis, corpos permeáveis: alguns mapas do medo, da política e da biologia imaginária”, por Cristiana Bastos (Universidade de Lisboa) é o último texto da primeira parte do livro. Nele, Bastos nos chama a examinar a linguagem utilizada para se referir a SIDA, ao HIV e às abordagens terapêuticas, na qual a categoria “guerra” é proeminente, sendo naturalizada para o contexto da saúde e da doença. Mas a biomedicina não só acolhe e incorpora as tensões sociais, como também as retorna para a sociedade por meio de referências orgânicas que auxiliam a formular e potencializar velhas e novas tensões.

A segunda parte da obra, composta por artigos que problematizam o tema das vacinas, evidencia uma “nova” preocupação com o *empowerment* individual, pois as pessoas mostram-se mais inclinadas a adquirir conhecimento que as possibilite decidir por si próprias sobre questões de saúde relativas ao seu corpo, incluindo a vacinação.

Em “O ponto de viragem da saga vacinal: de ferramenta de governo a instrumento de saúde individual?”, de Anne Marie Moulin (*CNRS/Université de Paris*), a história da vacinação apresenta analogias a uma guerra, pois se trata de uma “conquista” sobre as epidemias, comandada pelo Estado moderno, que fez da vacinação a maior “arma” de sua política sanitária. Moulin propõe que a vacinação não seja somente um utensílio sanitário, que prioriza o coletivo em detrimento do indivíduo.

Em “O consenso vacinal revisado: hegemonia dinâmica”, Mónica Saavedra (Centro em Rede de Investigação em Antropologia) afirma que as vacinas e a imunização foram socialmente incorporadas, engendrando um *consenso vacinal*. A obrigatoriedade da vacinação entre os profissionais de

saúde ocupa um lugar entre a coerção e a concessão, inerente à hegemonia. Entre os usuários, muitos recorriam à vacinação como uma necessidade, ou para usufruir de um direito. Mais uma vez, o sentido da “obrigação” era apropriado e reconfigurado, dessa vez pelos usuários.

Em “Vacinas, só em caso de epidemia ou risco grave!”: macrobiótica e resistência à vacinação”, Virgínia Henriques Calado (Instituto Piaget) contempla os adeptos da macrobiótica e as motivações e práticas de resistência à vacinação. Os argumentos e a forma como a resistência às vacinas se expressa entre os praticantes da macrobiótica devem ser analisados dentro do movimento antivacinal de forma mais ampla. Pelo lado dos que a contestam, a vacinação é vista como um cerceamento da liberdade individual e uma invasão abusiva do Estado na vida das pessoas.

Em “Vacinação e percepções em torno do corpo e da doença em contextos de etnicidade”, Maria José Casa-Nova (Universidade do Minho) analisa percepções de elementos ligados ao corpo, saúde, doença e postura assumida diante da decisão vacinal de indivíduos pertencentes à população cigana portuguesa. Casa-Nova salienta a importância de compreender se as práticas ligadas à saúde e doença, além de serem determinadas por precárias condições materiais de existência, são também marcadas por percepções que derivam desse grupo sociocultural específico.

No último capítulo do livro “A dissensão vacinal difusa: corpo, pessoa e sujeitos políticos”, Cunha e Durand abordam como as dimensões de consenso e dissensão, em relação à vacinação, se moldam na vida das pessoas e perpassam a relação dos indivíduos com a instituição biomédica, culturas específicas (como abordado por Casa-Nova) ou práticas resritas como no caso da macrobiótica (abordada por Calado).

Seja pela apreensão do conhecimento médico, pelas escolhas tomadas com base na experiência individual, pela infinidade de opções disponíveis, nem sempre acompanhadas das devidas instruções, a obra trata da questão da ampliação da autonomia individual. As situações cotidianas expostas ao longo do livro revelam novas formas de agir e uma reconfiguração nas relações com as diferentes tutelas. A obra, muito bem construída, com seleção impecável de temas e pesquisas etnográficas, destaca questões essenciais que refletem à tensão existente entre controle político e exercício da autonomia individual na administração ou adestramento dos corpos na atualidade.